



EDITAL Nº 122, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

O Reitor da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Lei nº 8.745/1993 combinada com a Lei nº 12.772/2012 e no que dispõem o Decreto nº 9.739/2019 e o Decreto nº 7.485/2011, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado visando à contratação de Professor Substituto para a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nos termos deste edital, da Resolução nº 07/2017 do Consepe/UFPB e, subsidiariamente, no que couber, da Resolução nº 74/2013 do Consepe/UFPB, sem prejuízo às demais legislações aplicáveis.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO SELETIVO

- 1.1. O presente Edital estará integralmente disponibilizado no Diário Oficial da União, bem como, no site das unidades acadêmicas responsáveis por cada um dos processos e, ainda, no site da Progep.
- 1.2. As seleções cujas inscrições são abertas pelo presente edital são totalmente autônomas e independentes entre si, não havendo entre elas qualquer vínculo de subordinação ou dependência quanto à validade, ao gerenciamento e ao quantitativo de vagas do edital.
- 1.3. Para equivalência de áreas de conhecimento afins será considerada como parâmetro a Tabela de Áreas do Conhecimento utilizada pela Capes e disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>.
- 1.4. Haverá uma Comissão Examinadora específica para cada certame a ser constituída por 03(três) membros titulares e 03(três) membros suplentes, com titulação igual ou superior à exigida para os candidatos, lotados no Departamento/Unidade Acadêmica ou, subsidiariamente, em outros departamentos, desde que observados os casos de impedimento ou suspeição nos termos da Lei nº 9.784/1999 ou do art. 11 da Resolução nº 07/2017 do Consepe.
 - 1.4.1. Os nomes que compõem a Comissão Examinadora serão divulgados na página eletrônica do respectivo Departamento/Unidade Acadêmica, ou da respectiva Direção de Centro, e no local das inscrições.
 - 1.4.2. Os candidatos poderão, em um prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da homologação das inscrições, arguir o impedimento de membro da Comissão Examinadora perante o Colegiado do Departamento, exclusivamente, com base nos motivos previstos da Lei nº 9.784/1999 ou do art. 11 da Resolução nº 07/2017 do Consepe.
- 1.5. É de responsabilidade dos departamentos o gerenciamento das seleções de suas respectivas áreas, cabendo a respectiva unidade acadêmica a divulgação e publicização de quaisquer alterações quanto ao cronograma das provas em suas páginas eletrônicas, murais ou outro meio de comunicação efetivo.
- 1.6. As contratações serão feitas pelo prazo determinado de até 01(um) ano, podendo ser prorrogadas até o limite legal estabelecido no art. 4º da Lei nº 8.745/1993.

- 1.7. O regime de trabalho será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o estabelecido neste edital.
- 1.8. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final no Diário Oficial da União, podendo, a critério da Administração Pública, representada pelas unidades acadêmicas responsáveis pelo Processo Seletivo, ser prorrogado por igual período.
- 1.9. A concorrência para as vagas deste edital é livre e em condições de igualdade, havendo divulgação do resultado final em três listas, a saber: I. lista geral contendo todos os candidatos aprovados; II. lista específica contendo todos os candidatos aprovados nas cotas para pessoas pretas ou pardas; III. e, por fim, lista específica contendo todos os candidatos aprovados nas cotas destinadas às pessoas com deficiência.
- 1.10. O candidato deverá observar atentamente as informações sobre a aplicação de prova uma vez que poderá se inscrever para uma ou mais áreas no presente Processo Seletivo, devendo fazê-lo através de inscrições distintas.
- 1.11. Para as áreas com mais de uma vaga, quando determinado em sorteio que uma (ou mais) delas seja destinada às cotas, os candidatos cotistas terão preferência na nomeação obedecendo-se a ordem prevista no Anexo II – Ordem de Nomeação.
- 1.12. Todas as informações prestadas ou omitidas durante o certame serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936/1979, sendo também eliminado do concurso público e podendo responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

2. DAS INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CARGO

- 2.1. Poderá haver contratação de professor substituto no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, mediante contrato de trabalho por prazo determinado, exclusivamente para ministrar aulas em curso de graduação, em substituição eventual de servidor da carreira de magistério.
- 2.2. De acordo com o regime de trabalho, o número de horas-aula obedecerá ao disposto em Resolução nº 52/2018 – Consepe, que estabelece critérios de atribuição de carga horária para docentes da UFPB.
- 2.3. É vedado ao professor substituto a redução de carga didática de qualquer natureza, devendo sua atividade priorizar o trabalho em sala de aula.
- 2.4. Não poderá ser alterado o regime de trabalho de professores substitutos durante a vigência do contrato temporário de trabalho.

3. DA REMUNERAÇÃO

- 3.1. A remuneração será nas classes e níveis iniciais da carreira do Magistério Superior regulamentada pela Lei nº 12.772/2012, conforme tabela a seguir:

QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO

Classe	Denominação	Regime De Trabalho	Vencimento Básico (R\$)	Retribuição por Titulação		
				Especialização	Mestrado	Doutorado
A	Auxiliar	T-20	2.437,59	243,76	-	-
		T-40	3.412,63	511,90	-	-
	Assistente	T-20	2.437,59	-	609,40	-
		T-40	3.412,63	-	1.279,74	-
	Adjunto	T-20	2.437,59	-	-	1.401,62
		T-40	3.412,63	-	-	2.943,39

- 3.2. O vencimento básico será acrescido de auxílio-alimentação, nos termos da legislação vigente.
- 3.2.1. Caso o candidato aprovado já seja servidor público e sendo permitida a acumulação de cargos na forma da Constituição, será devida a percepção de um único auxílio-alimentação, o qual

deverá ser escolhido mediante opção, conforme art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 3.887/2001.

3.2.2. O auxílio-alimentação a ser concedido ao servidor, cuja jornada de trabalho seja inferior a trinta horas semanais, corresponderá a cinquenta por cento do valor mensal fixado.

3.3. O professor substituto fará jus ao pagamento da Retribuição por Titulação – RT de acordo com a titulação exigida no edital de abertura do Processo Seletivo, conforme Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas, independentemente de o candidato possuir titulação superior a exigida.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições deverão ser realizadas na secretaria do departamento responsável pela área objeto do Processo Seletivo **entre os dias 29 de outubro e 7 de novembro de 2024.**

4.1.2. A taxa de inscrição será cobrada observando os seguintes valores:

a) Regime de trabalho T-20 horas – R\$ 60,00 (sessenta reais);

b) Regime de trabalho T-40 horas – R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

4.2. Serão aceitas inscrições efetuadas pessoalmente pelo candidato, por procuração ou por via postal (tipo Sedex).

4.2.1. Cada um dos departamentos acadêmicos disponibilizará, mediante simples requerimento verbal de qualquer interessado, independente de inscrição ou pagamento de taxas, cópia do programa/conteúdo programático e o calendário do(s) concurso(s) sob sua responsabilidade, assim como a composição da respectiva Comissão Examinadora, podendo os referidos documentos serem disponibilizados de modo eletrônico ou informado o meio digital em que podem ser consultados.

4.2.1.1. O conteúdo programático das áreas de conhecimento se encontra disponível no Anexo IV deste edital.

4.2.2. O requerimento de inscrição será dirigido a Comissão Examinadora de cada departamento responsável pelo Processo Seletivo e enviado a secretaria do departamento, com os documentos exigidos no item 4.3 deste edital.

4.2.3. As inscrições presenciais deverão ser realizadas no horário de funcionamento da secretaria do departamento acadêmico responsável pela área objeto do concurso, nos endereços listados no Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica.

4.2.4. Na inscrição por procuração, o procurador do candidato, no ato da inscrição, deverá apresentar, além das cópias dos documentos do candidato exigidos no item 4.3 deste Edital, original e cópia de seu documento de identidade civil, ou apenas cópia autenticada deste, e procuração particular, específica para tal fim, desde que tenha assinatura do outorgante, não podendo atuar como procurador servidor público federal, nos termos do art. 117, da Lei nº 8.112/1990, sob pena de indeferimento da inscrição.

4.2.5. Na inscrição por via postal, o candidato deverá remeter, dentro do prazo do edital para as inscrições presenciais, por meio de Sedex com Aviso de Recebimento (AR), correspondência endereçada ao departamento acadêmico responsável pelo Processo Seletivo, contendo cópia de todos os documentos exigidos para a inscrição (vide item 4.3 deste edital), sob pena de indeferimento.

4.2.5.1. As inscrições por via postal serão recebidas pela unidade acadêmica, nos endereços listados no Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica, em até 03 (três) dias úteis após a data de encerramento das inscrições.

4.2.5.2. A inscrição por via postal (tipo Sedex), se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando a UFPB por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

4.3. No ato da inscrição, é necessário que o candidato apresente, os seguintes documentos: I. Requerimento de Inscrição, disponibilizado pela secretaria do departamento responsável pela presente seleção e no endereço eletrônico <http://www.progep.ufpb.br/progep/colecoes/editais-docente>, em link específico do Processo Seletivo; II. Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, cujo valor consta no item 4.1.1 deste edital, o qual deverá ser efetuado mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, encontrada no site <https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru>, utilizando os seguintes dados: Unidade Gestora Arrecadadora: 153065; Código de recolhimento: 28883-7(TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO); cpf e nome do candidato (a); número de referência: 150647254; competência: mês e ano do pagamento; vencimento: data do pagamento. Não serão aceitos comprovantes de agendamento; III. Cópia de documento oficial de identidade com foto e Cadastro de Pessoa Física (CPF); IV. *Curriculum vitae* ou *lattes* devidamente comprovado; V. Foto 3x4 recente.

4.3.1. Não há vedação quanto à inscrição para mais de uma área. Todavia, dada a independência entre os certames, para cada inscrição deve ser observado o disposto no item 4.3 com a realização de pagamento de Guia de Recolhimento da União distinta (uma para cada inscrição), cabendo ao interessado verificar a compatibilidade entre o cronograma de provas das áreas de seu interesse.

4.4. O candidato transgênero (pessoa que não se identifica plenamente com o gênero atribuído culturalmente a seu sexo biológico) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL (nome pelo qual a pessoa transgênero prefere ser chamada cotidianamente, em contraste com o nome civil oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero), deverá indicar em campo destinado no Requerimento de Inscrição o NOME SOCIAL pelo qual deseja ser atendido, e que estará vinculado ao seu nome civil, bem como ao documento de identidade, CPF e data de nascimento.

4.4.1. O candidato que solicitou o atendimento pelo NOME SOCIAL terá o seu pedido indeferido quando for identificada qualquer fraude nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados.

4.4.2. Os departamentos deverão adotar o nome social conforme requerimento da pessoa, observando-se o disposto no Decreto nº 8.727/2016.

4.5. Será negada liminarmente a inscrição requerida sem a entrega de toda a documentação exigida, não se admitindo a juntada de quaisquer documentos após o término do prazo estabelecido para as inscrições no edital do Processo Seletivo.

4.6. Terminado o prazo das inscrições, os requerimentos e a documentação recebidos serão analisados pela Comissão Examinadora, que divulgará, no prazo máximo de 3(três) dias úteis, no site do departamento e/ou Direção de Centro, a relação dos pedidos deferidos especificando os candidatos que optaram por concorrer às cotas destinadas às pessoas com deficiência e/ou pretas ou pardas, nos termos dos itens 6 e 7 deste edital.

4.7. No caso de indeferimento de inscrição, o candidato que se julgar prejudicado poderá recorrer, com efeito suspensivo, ao Colegiado Departamental, enviando por e-mail, devidamente identificado, a justificativa fundamentada, dentro de um **prazo máximo de 02 (dois) dias úteis** a contar da divulgação da relação que trata o item 4.5.

4.8. Os candidatos poderão, em um prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da lista de homologação de inscrições, arguir o impedimento de membro da Comissão Examinadora, com base nos motivos previstos na Resolução nº 74/2013 do Consepe/UFPB e/ou no art. 18 da Lei nº 9.784/99, cabendo recurso ao Consepe, no mesmo prazo, quando do seu indeferimento.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Os pedidos de isenção poderão ser efetuados pessoalmente pelo candidato, por procuração ou por via postal (tipo Sedex), **entre os dias 29 e 30 de outubro de 2024**.

5.1.1. Nas solicitações realizadas por procuração, o procurador designado deve estar munido de procuração particular com assinatura do outorgante.

5.1.2. As solicitações por via Sedex devem ser enviadas dentro do prazo e serão recepcionadas pela unidade acadêmica interessada até 3 (três) dias úteis após a data de encerramento.

5.2. Os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593/2008 têm direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Processo Seletivo, mediante as seguintes condições: a) estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 11.016/2022; e b) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022.

5.2.1. Para obter isenção nos termos do item 5.2, o candidato deverá realizar a solicitação entre os dias **entre os dias 29 e 30 de outubro de 2024** e entregar, junto com os documentos exigidos no item 4.3, comprovante de cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que pode ser gerado pelo seguinte endereço eletrônico: <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/comprovante>.

5.2.2. O departamento responsável deverá verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição por meio do número de autenticidade constante no comprovante.

5.3. Poderão, ainda, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 13.656/2018, ser isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos que **entre os dias 29 e 30 de outubro de 2024** entregarem, junto com os documentos exigidos no item 4.3, atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação e o número cadastrado no REDOME.

5.4. As informações prestadas e omissão de informações, bem como a documentação comprobatória apresentada, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer

momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936/1979, sendo também eliminado do processo seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

5.5. Serão indeferidos os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição a candidato que: a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas; b) fraudar e/ou falsificar documentação; c) pleitear a isenção sem apresentar cópia de um ou mais dos documentos solicitados; d) não entregar, toda e de uma só vez, a documentação exigida; e) requerer isenção após ou entregar a documentação fora do prazo fixado; f) não cumprir os requisitos exigidos para obtenção da isenção pretendida.

5.6. Os resultados dos pedidos de isenção serão divulgados pelo Departamento/Unidade Acadêmica responsável pelo processo seletivo e/ou respectiva Direção de Centro até **31 de outubro de 2024**.

5.7. O candidato cuja solicitação for indeferida poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição e, **excepcionalmente**, apresentar cópia do comprovante de pagamento até o término do período designado para inscrições.

5.8. Após o pagamento da taxa de inscrição, em hipótese alguma esta será devolvida, exceto se o processo seletivo for cancelado ou por decisão da Universidade que deverá ser publicada no Diário Oficial da União.

6. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1. Às pessoas com deficiência são reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas deste edital e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do processo seletivo, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. As disposições deste edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às da Lei nº 7.853/89 e do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, e da Lei nº 12.764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014 e pelo Decreto nº 9.508/2018.

6.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/90.

6.1.2. Conforme sorteio público realizado no dia **04/10/2024**, e divulgado através da **Chamada Pública do dia 02 de OUTUBRO de 2024**, serão destinadas às pessoas com deficiência **1 (uma) vaga** imediata, conforme Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas.

6.2. A pessoa com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere: ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas, de acordo com o previsto no presente edital, salvo se a condição exigir atendimento especial que deve ser especificado pelo candidato no momento da inscrição.

6.2.1. A compatibilidade da pessoa com deficiência com o cargo no qual se inscreveu será declarada através de perícia médica preliminar, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inapto para o exercício do cargo.

6.3. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, na Lei nº 14.768/2023, nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações, bem como na Súmula nº 377/2009 do Superior Tribunal de Justiça e na Súmula nº 45 da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular).

6.4. Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato deverá fazer sua inscrição, observando os seguintes procedimentos:

6.4.1. Ao preencher o Requerimento de Inscrição, conforme orientações do **item 4** deste edital, indicar ser pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui, bem como, o tipo de atendimento especial que necessita;

6.4.2. Enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, redigido em letra legível dispondo sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, com citação por extenso do nome do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição. O candidato deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.

6.4.3. Conferir os dados e submeter o laudo médico junto aos demais documentos exigidos para inscrição no item 4.3;

6.4.4. Não haverá devolução do laudo médico, tanto original quanto cópia autenticada, e não serão fornecidas cópias desse laudo;

6.5. O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não-portador de deficiência, perdendo o direito a concorrer na reserva de vagas para PcD e passando à ampla concorrência. Nesses casos, o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.6. Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da legislação supracitada no item 6.3, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.

6.7. O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência será divulgado na mesma data em que as demais, devendo o departamento responsável especificar os inscritos nestas condições.

6.7.1. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como PcD poderá impetrar recurso nos mesmos termos do **item 4.7**.

6.8. O candidato inscrito como pessoa com deficiência e aprovado nas etapas do processo seletivo será convocado em momento **anterior a homologação do resultado final do processo seletivo pelo Colegiado Departamental** para perícia médica preliminar, com a finalidade de verificar se a deficiência se enquadra na previsão **das hipóteses legalmente previstas**, bem como avaliar, preliminarmente, a compatibilidade entre as atribuições do cargo a ser ocupado e a deficiência constatada.

6.8.1. A perícia médica preliminar será realizada pela UFPB. O local, a data e o horário serão divulgados oportunamente em edital de convocação para realização da perícia médica para PcD.

6.9. Não haverá segunda chamada para a perícia indicada no subitem anterior, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da pessoa com deficiência à avaliação.

6.9.1. O não comparecimento ou a **não confirmação** na perícia médica **da deficiência alegada nas hipóteses legalmente previstas** acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência ou eliminação do processo seletivo, caso não tenha atingido os critérios classificatórios da ampla concorrência.

6.9.2. O candidato inscrito como pessoa com deficiência, reprovado na perícia médica preliminar em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo, será eliminado do concurso.

6.10. Em face de decisão que não confirmar a deficiência terá interesse recursal a pessoa prejudicada.

6.11. Terá seu contrato rescindido a pessoa com deficiência que, no decorrer do estágio probatório, tiver verificada a incompatibilidade de sua deficiência com as atribuições do cargo.

6.12. Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estrita observância da ordem de classificação geral.

6.13. Os candidatos inscritos como pessoa com deficiência, reprovados na perícia médica, concorrerão às vagas da ampla concorrência, bem como aquelas reservadas a pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, se atenderem a essa condição.

7. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS PRETAS OU PARDAS (PPP)

7.1. Ficam reservadas às pessoas pretas ou pardas **20% (vinte por cento)** das vagas ofertadas para cada cargo, conforme a Lei nº 12.990/2014.

7.2. Conforme sorteio público realizado no dia 04/10/2024, e divulgado através da Chamada Pública do dia 02 de OUTUBRO de 2024, serão destinadas às pessoas pretas ou pardas 03 (três) vagas imediata, conforme Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas.

7.3. Se durante a validade dos concursos regidos por este edital surgirem novas vagas, os demais aprovados para as vagas reservadas às cotas raciais serão nomeados observando-se os critérios definidos pela legislação vigente.

7.3.1. Na inexistência de candidatos inscritos, aprovados ou habilitados para as vagas destinadas às pessoas pretas ou pardas, tais vagas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem geral de classificação da área.

7.4. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

7.4.1. Os candidatos autodeclarados pretos ou pardos concorrerão concomitantemente às vagas reservadas aos negros e aquelas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Processo Seletivo, bem como, aquelas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição.

7.4.2. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

7.5. Para concorrer como pessoa preta ou parda, o candidato deverá fazer sua inscrição, observando os seguintes procedimentos:

7.5.1. Preencher o requerimento de inscrições disponibilizado pelo departamento responsável pelo concurso público, também disponível no site da Progep em endereço específico destinado ao presente concurso, e marcar a opção "sim" no campo referente a "Candidato autodeclarado negro";

7.5.2. Conferir os dados e submeter o Termo de Autodeclaração junto aos demais documentos exigidos para inscrição no item 4.3;

7.5.3. Caso não assinalar o desejo de concorrer à(s) vaga(s) destinada(s) às pessoas pretas ou pardas, no ato da inscrição, ou não cumpra os procedimentos descritos neste edital para concorrer à cota pretendida, o candidato perderá o direito e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas da ampla concorrência, salvo se não incorrer nas hipóteses de eliminação previstas.

7.5.4. Até o final do período de inscrição do certame será facultado à pessoa desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

7.6. Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos serão submetidos, em momento anterior a homologação do resultado final do processo seletivo pelo Colegiado Departamental, a procedimento de verificação da heteroidentificação.

7.6.1. O departamento responsável pelo concurso público ficará encarregado de encaminhar os candidatos cotistas aprovados a procedimento de heteroidentificação devendo realizar solicitação perante a Comissão de Heteroidentificação instituída no âmbito da UFPB, através de processo eletrônico administrativo específico para este fim.

7.7. Será constituída uma comissão avaliadora formada por cinco integrantes distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

7.8. O candidato autodeclarado negro será convocado por meio de edital de convocação para se apresentar à Comissão de Heteroidentificação, em data, local e horários designados no edital de convocação e disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/comissao-de-heteroidentificacao>.

7.8.1. A Comissão de Heteroidentificação fará convocação através de e-mail do candidato que foi cadastrado no ato da inscrição com o horário do procedimento de heteroidentificação do candidato aprovado e/ou classificado no Processo Seletivo. O horário fixado será o horário oficial local. Não será permitida representação por procuração, nem serão aceitos pedidos de segunda chamada à realização do procedimento heteroidentificação, e não serão aceitas justificativas de qualquer natureza para atrasos ou não comparecimento do candidato.

7.8.2. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário estabelecido, munido de documento de identificação oficial com foto, sem uso de: a) maquiagem; b) óculos (escuros ou de grau); c) acessórios na cabeça (boné, chapéu, lenço, burca, gorro, qualquer outro objeto sobre a cabeça, acessórios); d) roupas (estampadas) que impossibilitem a verificação fenotípica, prejudicando a identificação do candidato. Não serão tolerados atrasos.

7.8.3. Não haverá segunda chamada para o Procedimento de Heteroidentificação Complementar a Autodeclaração de Negros.

7.8.4. A pessoa que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação será eliminada do certame, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas.

7.8.5. O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos. O candidato que se recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação também será excluído do Processo Seletivo.

7.8.6. A Comissão de Heteroidentificação deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado. As deliberações da Comissão de Heteroidentificação terão validade apenas para esse Processo Seletivo.

7.8.7. Serão consideradas, exclusivamente, as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação.

7.8.8. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais e municipais ou em certames de qualquer natureza.

7.8.9. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade.

7.8.10. O Edital de resultado provisório no procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/comissao-de-heteroidentificacao> da UFPB, conforme cronograma estabelecido no edital de convocação.

7.9. Os candidatos cujas autodeclarações não forem confirmadas no procedimento de heteroidentificação concorrerão às vagas da ampla concorrência, bem como aquelas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição. Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal a pessoa prejudicada.

7.10. O candidato poderá interpor recurso quanto ao resultado da verificação da autodeclaração junto à comissão designada para tal fim, nos termos definidos pela Comissão de

Heteroidentificação e previamente informados.

7.10.1. A comissão recursal será composta por três integrantes distintos das pessoas que compõem a comissão de heteroidentificação.

7.10.2. Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pela pessoa prejudicada.

7.10.3. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

7.10.4. Será admitida a interposição de recurso contra o resultado provisório do Procedimento de Heteroidentificação no período 10 (dez) dias, a contar da divulgação do resultado provisório, o qual será submetido à comissão recursal. Não serão aceitos recursos apresentados fora deste período.

7.10.5. Para fins de interposição de recurso, o candidato poderá requerer cópia do parecer elaborado pela comissão, referente a si mesmo, por meio do e-mail: heteroidentificacao@reitoria.ufpb.br.

7.10.6. O recurso deverá obedecer aos ditames do edital de convocação.

7.11. Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa negra aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

7.12. Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

7.13. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que apresentar falsa declaração, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

8. DO PROCESSO SELETIVO

8.1. As provas serão realizadas segundo cronograma específico de cada departamento acadêmico, conforme estabelecido no **Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica**.

8.1.1. O processo consistirá em Prova Didática, de caráter eliminatório, com peso 06 (seis), e Prova de Títulos, de caráter classificatório, com peso 04 (quatro).

8.2. A prova didática constará de aula expositiva ou de natureza teórico-prática, sobre um tema a ser sorteado entre os previamente definidos **no Anexo IV**. O plano de aula é item obrigatório da prova didática, devendo o candidato entregar uma cópia a cada examinador, antes do início da prova, sob pena de eliminação.

8.2.1. Os locais e horários da prova didática serão previamente designados pela Comissão Examinadora e divulgados no site do departamento responsável e/ou Direção de Centro antes do início das inscrições, junto com as informações necessárias para aplicação das provas, sob pena de nulidade.

8.2.2. A forma de aplicação da prova didática será determinada pelo departamento responsável e divulgada no site do departamento e/ou Direção de Centro antes do início das inscrições, desde que observado o disposto nos artigos 18 a 21 da Resolução Consepe nº 07/2017.

8.2.3. As sessões de prova didática deverão comportar, no máximo, apresentações de 04 (quatro) candidatos por turno.

8.2.4. A ordem de apresentação e os temas correspondentes a cada sessão de provas serão sorteados com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao início da sessão, sendo obrigatória a presença do candidato no sorteio.

8.2.5. No julgamento da prova didática, de acordo com o tema sorteado ao candidato, a Comissão Examinadora considerará os seguintes critérios gerais pontuando conforme o Anexo III deste edital: a) domínio do conteúdo (valor máximo: 60 pontos); b) sequência lógica e coerência do conteúdo (valor máximo: 24 pontos); c) concisão (valor máximo: 16 pontos).

8.2.6. As provas didáticas serão necessariamente expressas na língua portuguesa, ressalvadas aquelas referentes aos certames para preenchimento de vagas na área de línguas estrangeiras e de Libras.

8.2.7. Para a prova prática da área de Educação Musical, Ensino de instrumento musical/cordas dedilhadas, do Departamento de Educação Musical, serão observados os critérios estabelecidos no **Anexo III-A**.

8.3. Caberá pedido de reconsideração em relação ao resultado provisório da prova didática dispendo, o candidato interessado, de 02 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar da data da

- divulgação da nota provisória, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório podendo ainda ser admitido pedido de reconsideração por meio eletrônico.
- 8.3.1. O pedido de reconsideração será dirigido à Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, que se reunirá em sessão pública para decidir, de forma fundamentada, pela manutenção ou alteração da nota atribuída ao candidato recorrente. Na impossibilidade da Comissão Examinadora se reunir, a sessão poderá ser realizada com a presença exclusiva do Presidente da Comissão Examinadora, o qual deverá ler e disponibilizar para os presentes o inteiro teor das manifestações dos membros ausentes sobre o pedido objeto do julgamento.
- 8.3.2. Cada pedido de reconsideração de resultado será distribuído por sorteio, alternadamente, a um dos membros da Comissão Examinadora que será designado como relator, vedado o julgamento monocrático do pedido.
- 8.3.3. O pedido de reconsideração interposto tempestivamente contra o resultado provisório da prova didática será julgado pela Comissão Examinadora nos prazos estabelecidos em edital de resultado provisório.
- 8.3.4. Ao candidato que manifestar o interesse de usufruir do direito de pedido de reconsideração contra o resultado provisório da prova didática será fornecida cópia da tabela de pontuação prevista no Anexo VI da Resolução nº 07/2017 do Consepe, mediante requerimento à Comissão Examinadora de Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.
- 8.3.5. Serão indeferidos os pedidos intempestivos, sem fundamentação, sem identificação ou que não guardem relação com o objeto do Processo Seletivo Simplificado.
- 8.4. Só terá seus títulos examinados o candidato que obtiver, no mínimo, média 70,0 (setenta pontos inteiros) na Prova Didática. A Comissão Examinadora atribuirá nota 100 (cem) à prova de títulos do candidato que obtiver o maior número de pontos, atribuindo aos demais candidatos notas diretamente proporcionais a da melhor prova, de acordo com os anexos VI e VII da Resolução nº 07/2017 do Consepe.
- 8.4.1. A prova de títulos constará da apreciação dos documentos comprobatórios apresentados pelos candidatos referentes à experiência docente, científica, técnica, tecnológica, extensionista, cultural, artística ou profissional, como também trabalhos realizados ou publicados nos últimos 05 (cinco) anos **que antecedem a data de publicação deste edital**.
- 8.5. Caberá pedido de reconsideração em relação ao resultado provisório da prova de títulos nos mesmos termos do item 8.3 e seguintes.
- 8.6. O candidato que não atingir a pontuação mínima de aprovação em qualquer etapa da seleção que tenha protocolado seu pedido de reconsideração tempestivamente ficará habilitado a participar da etapa de avaliação seguinte. Caso o pedido de reconsideração seja indeferido, a participação na etapa seguinte será desconsiderada para todos os efeitos.
- 8.7. A classificação do processo seletivo será feita em ordem decrescente da nota final de cada candidato, sendo esta igual à média ponderada das notas obtidas na prova didática e na prova de títulos, observados seus respectivos pesos, sob a seguinte fórmula: $Mp = (p1 \cdot x1 + p2 \cdot x2) / p1 + p2$. Onde: Mp: Média aritmética ponderada; p1 e p2: pesos; x1 e x2: notas das provas.
- 8.7.1. No cálculo das notas finais, os resultados serão apresentados até a primeira casa decimal, desprezando-se as frações menores que 0,05 (cinco centésimos), arredondando para a decimal mais próxima, se os centésimos forem iguais ou superiores a 5 (cinco).
- 8.7.2. Em caso de empate na média final de classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: I. idade mais elevada, nos termos do Parágrafo único do art. 27 da Lei nº 10.741/2003; II. maior nota obtida na prova didática; III. maior titulação acadêmica; IV. tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições, conforme estabelece o art. 440 do Código de Processo Penal Brasileiro.
- 8.8. Será permitido ao candidato interpor recurso junto ao Conselho de Centro, com efeito suspensivo, contra o parecer do Colegiado Departamental sobre o Relatório Conclusivo do processo seletivo divulgado nas unidades promotoras do certame, de acordo com o cronograma e as condições a serem definidas pelo Departamento/Unidade Acadêmica ou instância equivalente. O prazo máximo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias a contar da divulgação do parecer, e deve ser feito no Departamento/Unidade Acadêmica Responsável pelo Processo Seletivo, podendo ainda ser admitido pedido de reconsideração por meio eletrônico.
- 8.9. Homologado o resultado do processo seletivo, será publicada no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados de acordo com o limite estabelecido no anexo II do Decreto nº 9.739/2019, por ordem de classificação e observando-se o disposto no Decreto nº 3.598.
- 8.10. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o anexo II do Decreto nº 9.739/2019, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.
- 8.11. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a publicação do resultado final no Diário Oficial da União e decorridos os prazos para interposição de recursos, o Departamento/Unidade Acadêmica responsável, por meio do Centro ao qual está vinculado entrará com o processo de solicitação de contratação de Professor Substituto juntamente à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

9.1.1. Quando da contratação para a ocupação da vaga sorteada para a reserva de vagas, a prioridade será dos(as) candidatos(as) que estiverem devidamente inscritos(as) e aprovados(as) enquanto cotistas, sendo observada a ordem de convocação descrita no Anexo II deste edital.

9.2. A aprovação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático, mas apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a assinatura do contrato condicionada à observância das disposições da Lei nº 8.745/93, e demais legislações aplicáveis, a todas as condições deste edital, à rigorosa ordem de classificação, ao prazo de validade do processo seletivo e ao exclusivo interesse e conveniência da Universidade Federal da Paraíba.

9.3. O candidato deverá atender, cumulativamente, para a contratação temporária, aos seguintes requisitos:

- a) possuir a titulação exigida para a correspondente área de conhecimento, devidamente reconhecida pelo MEC;
- b) ser aprovado e classificado no processo seletivo;
- c) não possuir contrato vigente nos termos da Lei nº 8.745/93, inclusive nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data da nova contratação resultante do presente processo seletivo;
- d) não ser ocupante de cargo efetivo da carreira do magistério superior, de que trata a Lei nº 12.772/2012;
- e) se servidor de nível superior da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, comprovar formalmente a compatibilidade de horários;
- f) ser brasileiro ou estrangeiro portador do visto permanente ou temporário;
- g) ter idade mínima de 18 anos completos;
- h) gozar dos direitos políticos;
- i) estar quite com as obrigações militares, para brasileiros com idade entre 18 e 45 anos;

9.3.1. É proibida a recontração do professor substituto com base na Lei nº 8.745/93 antes de transcorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento do último vínculo, independente da duração do vínculo anterior.

9.4. O candidato aprovado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias contados da convocação por correio eletrônico, para se apresentar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, localizada no prédio da Reitoria do Campus I – João Pessoa da UFPB, onde deverá entregar a documentação exigida no item 9.5 deste edital e assinar o contrato.

9.5. Para assinatura do contrato serão exigidos os seguintes documentos, cópia e original: a) documento de identidade oficial com foto; b) Cadastro de Pessoa Física (CPF); c) comprovante de situação cadastral no CPF; d) Certidão de Nascimento ou Casamento; e) título de eleitor; f) Certidão de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação, conforme o caso, para os candidatos do sexo masculino com idade entre 18 e 45 anos; g) certidão de quitação com as obrigações eleitorais, para brasileiros(as); h) Declaração do departamento atestando que a titulação apresentada pelo candidato atende aos requisitos específicos do edital de abertura; i) diploma(s) de graduação e/ou de pós-graduação, comprobatórios da escolaridade/titulação exigida para o cargo; j) comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se houver); k) comprovante de dados bancários (conta salário, cuja comprovação poderá se dar através de contrato, cartão da conta, parte superior do extrato bancário); l) comprovante de residência atual (expedido no máximo a 90 dias); m) declaração de acumulação lícita ou não acumulação de cargos emitida pela CPACE; n) cópia do passaporte, para estrangeiros; o) Declaração de que não exerceu vínculo temporário nos últimos 24 meses; p) Comprovante da entrega da Declaração e-Patri, realizada via sistema e-Patri; q) Formulário de dados para contratação temporária; r) Termo de responsabilidade e confidencialidade.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Não será admitida complementação de documentação fora do prazo fixado para a inscrição.

10.2. O contrato terá duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite legal estabelecido no art. 4º da Lei nº 8.745/93.

10.2.1. A contratação visa atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93, observadas as seguintes hipóteses: I -

vacância do cargo (exoneração, demissão, posse em outro cargo inacumulável, falecimento ou aposentadoria); II - nomeação para ocupar cargo de reitor, vice-reitor, pró-reitor, diretor de campus; III – licença gestante e adotante, desde que registrada pela Junta Médica/SIASS; IV – afastamento para tratamento da própria saúde, quando superior a 60 (sessenta) dias; V – afastamento para estudo ou missão no exterior; VI – afastamento para participação em programa de pós-graduação e/ou pós-doutorado; VII – afastamento para servir a organismo internacional; VIII – afastamento para exercício de mandato eletivo; IX – afastamento para servir a outro órgão ou entidade; X – licença para acompanhamento de cônjuge; XI – licença para desempenho de mandato classista; XII – licença para o serviço militar.

10.3. Os candidatos aprovados, excedentes às vagas ofertadas, serão mantidos em cadastro de reserva durante o prazo de validade do processo seletivo e poderão, por interesse da instituição, ser contratados em função da disponibilidade de vagas.

10.4. Os títulos previstos no art. 8º da Lei nº 12.772/2012, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente e na forma do art. 48, §§2º e 3º da Lei nº 9.394/96.

10.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após publicação desse edital no DOU, mediante Requerimento Padrão de Impugnação de Edital em formato pdf e digitalmente assinado dirigido à Progep/UFPB, em relação às disposições gerais, por meio do e-mail editaisdsp@ufpb.br, ou ao departamento que promove o certame, em relação às disposições específicas da respectiva área, por meio do e-mail da unidade especificado no Anexo I – Quadro de Distribuição de Vagas por Unidade Acadêmica, o qual será respondido pela autoridade competente em até 03 (dias) úteis.

10.5.1. Os pedidos de impugnação devem ser enviados no modelo do Requerimento Padrão de Impugnação de Edital disponível no Anexo V deste edital, digitalmente assinado pelo requerente, e acompanhado de documento de identificação oficial com foto, ambos em formato PDF.

10.5.2. Serão indeferidos os pedidos que não atendam ao disposto no subitem 10.5.1, intempestivos, sem endereçamento, sem identificação, sem fundamentação, apócrifos ou com assinaturas digitalizadas (escaneadas e inseridas como imagem), assim como, aqueles que não guardem relação com o objeto do certame.

10.6. Os prazos previstos neste Edital serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

10.7. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

10.8. Salvo disposição em contrário, os prazos deste edital expressos em dias contam-se de modo contínuo.

10.9. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos editais, informações, avisos e congêneres, seja pelo Diário Oficial da União, pelos quadros de aviso do departamento acadêmico responsável pelo concurso, ou pelos sites da UFPB.

10.10. As disposições editalícias, se eventualmente contrárias ao disposto na Lei nº 8.745/1993, no Decreto nº 9.739/2019 e na Resolução nº 07/2017 do Consepe, bem como, demais legislações aplicáveis, não prevalecerão sobre as disposições dos referidos diplomas normativos, os quais serão aplicadas aos casos concretos.

VALDINEY VELOSO GOUVEIA
REITOR

ANEXO I

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR UNIDADE ACADÊMICA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN) – Fone: +55 (83) 3216-7430					
Departamento de Biologia Molecular (DBM) – Fone: +55 (83) 3216-7787 – E-mail: chefia@dbm.ufpb.br – Horário: 8h às 12h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD

Extrato publicado originariamente no DOU nº 198, em 11/10/2024, seção 3, págs. 53 e 54

Biologia Molecular	T-20	Classe A /Denominação Adjunto A	-	1	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Doutorado em Ciências Biológicas ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 26/11/2024; 2) Prova de títulos: 27/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 28/11/2024					
Departamento de Estatística (DE) – Fone: +55 (83) 3216-7785 –E-mail: secretaria@de.ufpb.br – Horário: 8h às 15h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Estatística	T-40	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Estatística com Mestrado em Estatística ou Modelagem Matemática e Computacional ou Biometria em Estatística Aplicada ou Modelos de Decisão em Saúde ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 13/11/2024; 2) Prova de títulos: 22/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 29/11/2024					
Departamento de Física (DF) – Fone: +55 (83) 3216-7544/7545 – E-mail: dfsec@fisica.ufpb.br – Horário: 8h às 12h e 14h às 17h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Física Geral	T-20	Classe A /Denominação Adjunto A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Física com Doutorado em Física.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 28/01/2025; 2) Prova de títulos: 04/02/2025; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 10/02/2025					
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCHLA) – Fone: +55 (83) 3216-7463					
Departamento de Línguas de Sinais (DLS) – Fone: +55 (83) 3048-8511 – E-mail: dls@cchla.ufpb.br – Horário: 8h às 12h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
LIBRAS	T-40	Classe A /Denominação Auxiliar A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em licenciatura em Letras Libras e Especialização na área de Libras.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 19/11/2024; 2) Prova de títulos: 22/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 27/11/2024					
CENTRO DE TECNOLOGIA (CT) – Fone: +55 (83) 3216-7179					
Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) – Fone: +55 (83) 3216-7115 – E-mail: da@ct.ufpb.br – Horário: 9h às 12h e 13h às 16h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Expressão e Representação Gráfica em Arquitetura e Engenharias	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia Civil com Mestrado em Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia Civil					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 26 e 27/12/2024; 2) Prova de títulos: 02/12/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 05/12/2024					

Departamento de Engenharia de Produção (DEP) – Fone: +55 (83) 3216-7549 – E-mail: chefiadep@ct.ufpb.br / duca@ct.ufpb.br – Horário: 8h às 12h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Engenharia Organizacional e Trabalho	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Engenharia de Produção com Mestrado em Engenharia ou Graduação em Engenharia com Mestrado em Engenharia de Produção.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 10/02/2025; 2) Prova de títulos: 13/02/2025; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 17/02/2025					
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES (CCTA) – Fone: +55 (83) 3216-7866					
Departamento de Educação Musical (DEM) – Fone: +55 (83) 3216-7917 – E-mail: demusical@ccta.ufpb.br – Horário: 8h às 12h e 13h às 19h					
Endereço: UFPB – Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Cep: 58.051-900					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Educação Musical, Ensino de instrumento musical/cordas dedilhadas	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	-	-	1
Requisitos Mínimos Exigidos: Licenciatura em Música ou Educação Artística com Habilitação em Música ou Bacharelado em Música e Mestrado em Música ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didático-prática: 19/11/2024; 2) Prova de títulos: 21/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 28/11/2024					
CENTRO DE INFORMÁTICA (CI) – Fone: +55 (83) 3362-1700					
Departamento de Informática (DI) – Fone: +55 (83) 98826-2116 – Email: di@ci.ufpb.br – Horário: 7h às 12h e das 13h às 16h					
Endereço: Av. dos Escoteiros, s/n, Mangabeira VII – Distrito Industrial de Mangabeira – João Pessoa/PB – CEP: 58.055-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Linguagens de Programação	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Mestrado em Computação ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 19/11/2024; 2) Prova de títulos: 26/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): não informado					
Departamento de Sistemas de Computação (DSC) – Fone: +55 (83) 3216-7093 – E-mail: secretaria_dsc@ci.ufpb.br – Horário: 7h às 13h					
Endereço: Av. dos Escoteiros, s/n, Mangabeira VII – Distrito Industrial de Mangabeira – João Pessoa/PB – CEP: 58.055-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Compiladores e Computação Gráfica	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Mestrado em Computação e áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 11/11/2024; 2) Prova de títulos: 13/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 13/11/2024					
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (CCA) – Fone: +55 (83) 3362-1700					
Departamento de Biociências (DB) – Fone: +55 (83) 3049-4528 (whatsapp) – Email: db@cca.ufpb.br – Horário: 7h às 16h					
Endereço: UFPB – Campus II – Rodovia BR 079 – Km 12 – Areia /PB – CEP: 58.397-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		

			AC	PPP	PcD
Ciências Biológicas: Microbiologia, Biologia geral, Morfologia, Bioquímica e Zoologia	T-40	Classe A /Denominação Adjunto A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Doutorado em Ciências Biológicas ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 25 a 27/11/2024; 2) Prova de títulos: 03/12/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 05/12/2024					
Departamento de Ciências Veterinárias (DCV) – Fone: +55 (83) 3049-4527 – Email: dcv@cca.ufpb.br – Horário: não informado					
Endereço: UFPB – Campus II – Rodovia BR 079 – Km 12 – Areia /PB – CEP: 58.397-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	N° de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Clínica Médica de Caninos e Felinos e Semiologia Veterinária	T-20	Classe A /Denominação Auxiliar A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Medicina Veterinária.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 26/11/2024; 2) Prova de títulos: 27/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): não informado					
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS (CCHSA) – Fone: +55 (83) 3533-5801					
Departamento de Agricultura (DA) – Fone: +55 (83) 99902-4834 – E-mail: da@cchsa.ufpb.br/dacchsaufpb@gmail.com – Horário: de 9h às 11h e das 14h às 16h					
Endereço: UFPB – Campus III – Rua João Pessoa, s/n – Bananeiras/PB – Cep: 58.220-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	N° de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Fisiologia Vegetal	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	-	1	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrárias, Graduação em Biologia, Bacharelado em Agroecologia e áreas afins e Mestrado em Fisiologia Vegetal					
ou Produção Vegetal ou Agronomia ou Ciências Agrárias.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 19/11/2024; 2) Prova de títulos: 02/12/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 13/12/2024					
Departamento de Educação (DE) – Fone: +55 (83) 3533-5815 – E-mail: departamentoeducacao@cchsa.ufpb.br – Horário: de 8h às 11:30h					
Endereço: UFPB – Campus III – Rua João Pessoa, s/n – Bananeiras/PB – Cep: 58.220-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	N° de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	T-40	Classe A /Denominação Auxiliar A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Licenciatura em Letras Libras ou Pedagogia; Especialização em Libras.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 19/11/2024; 2) Prova de títulos: 22/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 22/11/2024					
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCA) – RIO TINTO – Fone: +55 (83) 3049-4300					
Departamento de Ciências Exatas (DCX) – Fone: +55 (83) 3049-4306 – E-mail: concursos@dcx.ufpb.br – Horário: 8h às 17h					
Endereço: UFPB – Campus IV – Av. Santa Elizabeth, S/N, Centro – Rio Tinto/PB – 58.297-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	N° de Vagas		
			AC	PPP	PcD

Estadística	T-20	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Mestrado em Estatística ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 03/12/2024; 2) Prova de títulos: 06/12/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): não informado					
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCAIE) – MAMANGUAPE – Fone: +55 (83) 3292-9450 / 3292-9451					
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) – Fone: +55 (83) 3292-9459 – E-mail: concursodcsa@ccae.ufpb.br – Horário: 9h às 13h e 14h às 18h					
Endereço: UFPB – Campus IV – Estrada Engenho Novo, S/N – Mamanguape/PB – 58.280-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Ciências Contábeis	T-40	Classe A /Denominação Assistente A	-	1	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Ciências Contábeis e Mestrado em Ciências Contábeis, Administração ou áreas afins.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 20/11/2024; 2) Prova de títulos: 22/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 26/11/2024					
Departamento de Letras (DL) – Fone: +55 (83) 3049-4719 – E-mail: dletras@ccae.ufpb.br/concursosdl@ccae.ufpb.br – Horário: 13:30h às 16:30 e 19:30h às 21:30h					
Endereço: UFPB – Campus IV – Estrada Engenho Novo, S/N – Mamanguape/PB – 58.280-000					
Área de Conhecimento	Regime de Trabalho	Classe de Ingresso	Nº de Vagas		
			AC	PPP	PcD
Literaturas de Língua Portuguesa	T-40	Classe A /Denominação Assistente A	1	-	-
Requisitos Mínimos Exigidos: Graduação em Letras e Mestrado em Letras com ênfase em Literatura ou Mestrado em Literatura ou Estudos Literários ou Teoria Literária.					
Datas prováveis de realização das provas: 1) Prova didática: 26/11/2024; 2) Prova de títulos: 29/11/2024; 3) Resultado preliminar (Quadro de notas): 03/12/2024					

**ANEXO II
ORDEM DE NOMEAÇÃO**

Áreas de conhecimento com vaga reservada prioritariamente a pessoas com deficiência (pcd), conforme decreto nº 9.508/2018	
Ordem de nomeação	Tipo de vaga
1º Vaga	Vaga reservada a pessoa com deficiência (PcD)
2º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
3º Vaga	Vaga reservada a pessoa preta ou parda (PPP)
4º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
5º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
Áreas de conhecimento com vaga reservada prioritariamente a pessoas pretas ou pardas (ppp), conforme lei nº 12.990/2014	
Ordem de nomeação	Tipo de vaga
1º Vaga	Vaga reservada a pessoa preta ou parda (PPP)
2º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
3º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
4º Vaga	Ampla Concorrência (AC)

5º Vaga	Vaga reservada a pessoa com deficiência (PcD)
Áreas de conhecimento com vaga sem reserva prioritária	
Ordem de nomeação	Tipo de vaga
1º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
2º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
3º Vaga	Vaga reservada a pessoa preta ou parda (PPP)
4º Vaga	Ampla Concorrência (AC)
5º Vaga	Vaga reservada a pessoa com deficiência (PcD)

ANEXO III

FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS COM PONTUAÇÃO POR ITENS

A. TÍTULOS ACADÊMICOS OBTIDOS (apenas o maior título será utilizado para pontuação):		
Título	PONTUAÇÃO	
	Valor	Atribuída
Diploma de Doutor, Livre Docente ou Notório Saber	40,0	
Diploma de Mestre	20,0	
Certificado de Especialização	8,0	
Certificado de Residência Médica credenciada pelo MEC	8,0	
Certificado de aperfeiçoamento	5,0	
SUBTOTAL A:		

B. ATIVIDADES DE ENSINO E DE EXTENSÃO:			
Atividade	PONTUAÇÃO		
	Por unidade	Máxima	Atribuída
Exercício de Magistério em Ensino Superior	1,0/ano	10,0	
Exercício de Magistério em Educação Básica	0,3/ano	---	
Atividades de administração, supervisão e orientação pedagógica em Educação Básica	0,2/ano	---	
Participação em ensino não regular (conferências, mesas redondas, cursos, etc.) na área/subárea do concurso	0,2/item	2,0	
Orientação de tese de doutorado aprovada na área/subárea do concurso	4,0/tese	---	
Orientação de tese de doutorado aprovada fora da área/subárea do concurso	2,0/tese	10,0	
Orientação de dissertação de mestrado aprovada na área/subárea do concurso	2,0/tese	---	
Orientação de dissertação de mestrado aprovada fora da área/subárea do concurso	1,0/tese	5,0	
Orientação de monografia de especialização aprovada na área/subárea do concurso	0,5/monografia	---	

Orientação de monografia de especialização aprovada fora da área/sub-área do concurso	0,2/monografia	2,0	
Orientação de monografia ou trabalho final em curso de graduação na área/subárea do concurso	0,2/monografia	---	
Orientação de grupo PET	0,5/grupo-ano	2,0	
Orientação de bolsista de iniciação científica ou de iniciação à docência na área/subárea do concurso	0,2 / bolsista-ano	---	
Orientação de bolsista de monitoria	0,2 / bolsista-ano	2,0	
Orientação de bolsista de extensão na área/subárea do concurso	0,2 / bolsista-ano	---	
Participação como membro efetivo de banca examinadora de tese de doutorado na área/subárea do concurso	0,5/tese	---	
Participação como membro efetivo de banca examinadora de tese de doutorado fora da área/subárea do concurso	0,3/tese	3,0	
Participação como membro efetivo de banca examinadora de dissertação de mestrado na área/subárea do concurso	0,3/dissertação		
Participação como membro efetivo de banca examinadora de dissertação de mestrado fora da área/subárea do concurso	0,2/dissertação	2,0	
Participação como membro efetivo de comissão examinadora de concurso público para o magistério superior	0,3/concurso	1,5	
Coordenação de projeto de extensão ou de iniciação à docência	0,5/projeto	3,0	
Coordenação de curso de extensão de duração mínima de 15 horas-aula	0,2/curso	2,0	
Exercício de monitoria, iniciação científica ou participação em grupo PET, ou atividade de extensão	0,2/semestre	---	
SUBTOTAL B:			

C. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA OU SUBÁREA DO CONCURSO:

Atividade	PONTUAÇÃO		
	Por unidade	Máxima	Atribuída
Autoria de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	6,0/livro	---	
Organização de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	3,0/livro	---	
Autoria de capítulo de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	3,0/capítulo	---	
Tradução de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial	2,0/livro	---	

Artigo completo publicado em periódico científico ou apresentação artística em mostras ou similares, na área/subárea do concurso, classificado no Estrato do Qualis Área CAPES como nível:	A1	6,0/artigo	
	A2	4,5/artigo	
	A3	4,0/artigo	
	A4	3,8/artigo	
	B1	3,5/artigo	
	B2	3,0/artigo	
	B3	2,5/artigo	
	B4	2,0/artigo	
	B5	1,5/artigo	
C	1,0/artigo		
Trabalho científico apresentado em congresso e publicado na íntegra em anais na área/subárea do concurso	1,0/trabalho	---	
Trabalho científico apresentado em congresso com resumo expandido publicado em anais ou em revistas especializadas na área do concurso	0,2/trabalho	2,0	
Trabalho científico apresentado em congresso com resumo simplificado publicado em anais ou em revistas especializadas na área do concurso	0,1/trabalho	2,0	
Relatório técnico de pesquisa publicado	0,5/relatório	2,5	
Trabalhos técnicos e artísticos especializados	0,5/trabalho	8,0	
Prêmios por atividades científicas, artísticas e culturais	0,5/prêmio	5,0	
Consultorias a órgãos especializados de gestão científica, tecnológica ou cultural ou consultorias técnicas prestadas a órgãos públicos e privados	0,5/consultoria	4,0	
Artigos especializados publicados na imprensa	0,2 / artigo	2,0	
Manuais e outros instrumentos didáticos com ISBN ou publicados em mídia com corpo editorial	0,4/item	4,0	
Participação em congressos e seminários	0,2/participação	2,0	
Patente nacional ou internacional concedida na área/subárea do concurso	6,0/patente	---	
Patente nacional ou internacional submetida na área/subárea do concurso, desconsiderando multiplicidade de registros nos vários países	1,0/patente	3,0	
SUBTOTAL C:			

D. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA OU SUBÁREA DO CONCURSO:

Atividade	PONTUAÇÃO		
	Por unidade	Máxima	Atribuída
Reitoria	1,0/ano	6,0	

Vice-reitoria, direção de Centro ou Pró-reitoria	0,5/ano	3,0	
Outros cargos de administração, como direção de departamentos de Pró-Reitorias ou assemelhados	0,2/ano	1,0	
Participação como membro de Conselho Superior de Universidades	0,2/ano	1,0	
Chefia de departamento, coordenação de Colegiado de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-graduação de caráter permanente	0,2/ano	1,0	
Coordenação de Curso de Especialização de caráter permanente ou eventual	0,2/ano	1,0	
SUBTOTAL D:			

ANEXO III-A
CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA/PRÁTICA DE PERFORMANCE INSTRUMENTAL
ÁREA – EDUCAÇÃO MUSICAL, ENSINO DE INSTRUMENTO MUSICAL/CORDAS DEDILHADAS

FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA / PRÁTICA DE PERFORMANCE INSTRUMENTAL COM PONTUAÇÃO POR ITENS

O candidato deverá interpretar quatro músicas de livre escolha, uma em cada instrumento: violão de seis cordas, violão de sete cordas, bandolim e cavaquinho (as músicas para violão de 6 e 7 cordas podem ser tocadas em um único instrumento, devendo o candidato demonstrar conhecimentos/habilidades na linguagem musical de ambos).

VALOR MÁXIMO: 100 PONTOS				
ITEM	HABILIDADE REQUERIDA	VALOR (PONTOS)		
		MÁXIMO	ATRIBUÍDO	SUBTOTAL
TÉCNICA	Conhece, compreende e aplica adequadamente as dimensões técnicas necessárias para a interpretação do repertório.	40		
EXPRESSIVIDADE	Aplica os recursos musicais necessários (dinâmica, agógica, fraseado, entre outros), para interpretação das músicas apresentadas.	30		
FLUÊNCIA	Articula todos os elementos musicais necessários de forma natural e fluente, combinando dimensões técnicas e expressividade na performance das músicas	30		
NOME MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO:				
ASSINATURA:		NOTA ATRIBUÍDA:		
NOME OU CÓDIGO DO CANDIDATO:				
DATA:				

ANEXO IV
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Departamento de Biologia Molecular (DBM) – CCEN – CAMPUS I
Área: Biologia Molecular

CONTEÚDO: 01. Estrutura, composição e função da membrana plasmática; 02. Potenciais de membranas celulares; 03. Estrutura e função das biomoléculas; 04. Estrutura e função da cromatina; 05. Estrutura e replicação do DNA; 06. Mutação e reparo do DNA; 07. Regulação da expressão gênica; 08. Metabolismo energético mitocondrial; 09. O fluxo da informação genética: transcrição e tradução; 10. Sinalização celular.

REFERÊNCIAS:

ALBERTS, B., BRAY, D., JOHNSON, A., LEWIS, J., RAFF, M., ROBERTS, K., WALTER, P.J.. Fundamentos da Biologia Celular. Uma introdução à biologia molecular da célula. 4ª Edição. Artmed Ltda. 2017;

LEHNINGER, T. M., NELSON, D. L. & COX, M. M.. Princípios de Bioquímica. 6ª Edição. Artmed. 2014;

BROWN, T. A. Genética: Um Enfoque Molecular. ISBN: 8527705214. 3ª Edição. Guanabara Koogan, 1999.

Departamento de Estatística (DE) – CCEN – CAMPUS I

Área: Estatística

CONTEÚDO: 1. PROBABILIDADE: 1.1. Espaço Amostral e Eventos; Definição Clássica de probabilidade, Axiomas e Propriedades; 1.2. Probabilidade Condicional, teorema de Bayes, Independência de Eventos; 2. VARIÁVEIS ALEATÓRIAS: DISCRETAS E CONTÍNUAS: 2.1. Função de Probabilidade, Função Densidade de Probabilidade e Função de Distribuição Acumulada; 2.2. Valor Esperado e Variância de uma Variável Aleatória; 3. DISTRIBUIÇÕES DE PROBABILIDADE: 3.1. Discreta: Binomial, Poisson; 3. 2. Contínua: Normal, t-Student; 4. ESTIMAÇÃO DE PARÂMETROS: 4.1. Distribuições Amostrais: Média e Proporção; 4.2. Estimção Pontual: Propriedades dos estimadores; 4.3. Intervalos de Confiança para a média e proporção populacional; 5. TESTE DE HIPÓTESES: 5.1. Conceitos iniciais: Hipóteses Estatísticas; Erros tipo I e II; p-valor; 5.2. Teste para a Média e Proporção Populacional; 6. CORRELAÇÃO E REGRESSÃO: 6.1. Correlação linear: Estimador pontual e teste de hipótese; 6.2. Regressão linear simples: Modelo, pressupostos, parâmetros e estimadores pontuais, teste de hipóteses;

REFERÊNCIAS: Não há indicações

Departamento de Física (DF) – CCEN – CAMPUS I

Área: Física Geral

CONTEÚDO: 01. Leis Fundamentais da Mecânica; 02. Conservação da Energia Mecânica; 03. Lei da Gravitação Universal; 04. Oscilador Harmônico; 05. Entropia e Segunda lei da Termodinâmica; 06. lei de Gauss; 07. Equações de Maxwell; 08. Relatividade Especial; 09. Átomo de Bohr; 10. Equação de Shrödinger.

REFERÊNCIAS:

HALLIDAY, D., RESNICK, R. E WALKER, J., Fundamentos da Física, Vols. 1, 2, 3 e 4, 9ª Edição, Rio de Janeiro, LTC, 2012.

YOUNG, D. H. e FREEDMAN, R. A., Física I, II, III e IV, 12ª Edição, São Paulo, Addison Wesley, 2009.

NUSSEMVZEIG, H. M., Curso de Física Básica, bols. 1, 2, 3 e 4, 4ª Edição, São Paulo, Edgard Bluchêr, 2002.

Departamento de Línguas de Sinais (DLS) – CCHLA – CAMPUS I

Área: LIBRAS

CONTEÚDO: 01. Aspectos sócio históricos, linguísticos da comunidade surda; 02 Aspectos identitários e culturais da comunidade surda; 03 Legislação e surdez; 04 Filosofias e abordagens educacionais para surdo; 05 Aspectos fonológicos da Libras; 06 Aspectos morfológicos da Libras; 07 Aspectos sintáticos da Libras; 08 Aspectos semântico-pragmáticos da Libras; 09 Prática de conversação em Libras; 10 A Escrita da Língua de Sinais (Sistema SignWriting).

REFERÊNCIAS: Não há indicações

Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) – CT – CAMPUS I

Área: Expressão e Representação Gráfica em Arquitetura e Engenharias

CONTEÚDO: 01. Aspectos gerais do uso do BIM e interoperabilidade em projetos; 02. Uso de meios e técnicas de representação e simulação, voltados à fabricação de produtos e execução de projetos; 03. Racionalização da produção e da construção por meio de ferramentas computacionais; 04. Uso de técnicas híbridas de representação na análise de referências projetuais; 05. Uso

de representações e tecnologias em projeto considerando aspectos de topografia; 06. Papel dos instrumentos de representação e de simulação em momentos de tomada de decisão de projeto; 07. Potencialidades do uso de representação e simulação em projetos de engenharias; 08. Promoção de habilidades de representação no uso de ferramentas analógicas e computacionais integrada ao desenvolvimento do raciocínio de projeto de engenharias; 09. Desenvolvimento de competências de análise como suporte para compreensão e representação de projeto de engenharias; 10. Uso de ferramentas e técnicas de representação analógicas, digitais e BIM na compatibilização de projetos.

REFERÊNCIAS: Não há indicações.

Departamento de Engenharia de Produção (DEP) – CT – CAMPUS I

Área: Engenharia Organizacional e Trabalho

CONTEÚDO: 01. Sistema de Informações Gerenciais como Apoio Tomada de Decisão; 02. Ética e Sustentabilidade Empresarial; 03. Gestão da Inovação e da Tecnologia; 04. Gestão do Conhecimento (Modelos e Práticas); 05. Processos de Elaboração de Planejamento Estratégico; 06. Gestão de Riscos Ocupacionais; 07. Organização do Trabalho; 08. Engenharia de Métodos; 09. Fisiologia do trabalho, Biomecânica ocupacional e carga de trabalho (conceitos e ferramentas); 10. Projeto do trabalho (antropometria, dimensionamento do posto de trabalho e dispositivos de informação).

REFERÊNCIAS: Não há indicações

Departamento de Educação Musical (DEM) – CCTA – CAMPUS I

Área: Educação Musical, Ensino de instrumento musical/cordas dedilhadas

CONTEÚDO: 01. A pesquisa em ensino de instrumento musical e suas inter-relações com a ação pedagógica; 02. Características do ensino coletivo de cordas dedilhadas: possibilidades e limitações; 03. Planejamento e avaliação na prática do ensino de instrumentos de cordas dedilhadas; 04. Práticas musicais coletivas e seus impactos na aprendizagem do instrumento musical; 05. Tecnologias digitais e o ensino de instrumentos de cordas dedilhadas na contemporaneidade: características, limites e perspectivas; 06. O ensino das cordas dedilhadas no contexto da formação superior do professor de música: cânones e inovações; 07. A diversidade cultural e a formação do músico popular; 08. Perspectivas críticas sobre métodos e manuais na formação do instrumentista em música popular na educação superior; 09. Diversidade musical e a construção do repertório na prática do instrumentista; 10. Dimensões técnicas, expressivas e criativas em instrumentos de cordas dedilhadas: práticas e possibilidades pedagógicas.

A prova didática será de natureza teórico-prática. Assim, independente do tema sorteado para a prova didática, cada candidato(a) deverá interpretar quatro músicas de livre escolha, uma em cada instrumento: violão de seis cordas, violão de sete cordas, bandolim e cavaquinho (as músicas para violão de 6 e 7 cordas podem ser tocadas em um único instrumento, devendo o candidato demonstrar conhecimentos/habilidades na linguagem musical de ambos). Esta parte prática da prova deve estar contida dentro dos 50 minutos previstos para a prova didática.

O(A) candidato(a) poderá ser acompanhado por um ou mais músicos e devidos instrumentos e equipamentos que julgar necessários.

REFERÊNCIAS: Não há indicações

Departamento de Informática (DI) – CI – CAMPUS I

Área: Linguagens de Programação

CONTEÚDO: 01. Descrição e construção de algoritmos; 02. Introdução a linguagem de programação estruturada C: tipos elementares e compostos de dados; operadores; expressões e funções; mecanismos de passagem de parâmetros; variáveis e comandos; procedimentos; 03. Recursividade em C; 04. Tipos definidos pelo programador e tipos abstratos de dados em C; 05. Conceitos e terminologia de orientação a objetos: objetos, classes, métodos e mensagens, herança simples e múltipla, polimorfismo e sistema de tipos; 06. Projeto orientado a objetos; 07. A linguagem de programação orientada a objetos Java; 08. Programação genérica em Java; 09. Tratamento de exceções em Java.

REFERÊNCIAS: Não há indicações

Departamento de Sistemas de Computação (DSC) – CI – CAMPUS I
Área: Compiladores e Computação Gráfica
CONTEÚDO: 1. Computação Gráfica: 1.1. Conceitos básicos: definição de imagem digital, formatos de arquivos de imagem, rasterização de retas e circunferências, dithering, halftoning. 1.2. Transformações geométricas: o plano projetivo, transformações lineares, transformações projetivas, rotações, reflexões, translações e projeções no espaço tridimensional, gráficos de superfícies, eliminação de superfícies escondidas. 1.3. Modelagem geométrica: representação paramétrica de curvas e superfícies, curvas de Bézier, curvas de B-Spline, superfícies de Bézier, superfícies B- Spline, NURBS; 2. Compiladores: 2.1. O processo de compilação. 2.2. Descrição de linguagens. 2.3. Análise sintática. 2.4. Análise semântica. 2.5. Geração de Código; 3. Linguagens de Programação: 3.1. Descrição e construção de algoritmos. 3.2. Metodologia de programação. 3.3. Programação estruturada. 3.4. Programação orientada a objetos.
REFERÊNCIAS: Donald D. Hearn, M. Pauline Baker, Warren Carithers. Computer Graphics with Open GL (4a. Edição). Prentice Hall. 2010. Jonas de Miranda Gomes, Luiz Carlos Pacheco Rodrigues Velho. Fundamentos da Computação Gráfica. Editora: IMPA. Ano: 2008 A. Aho, R. Sethi, J. D. Ullman, Compilers - Compiladores – Princípios, Técnicas e Ferramentas, LTC, 1995. Oliveira, U. Programando em C - Volume I: Fundamentos, Ciência Moderna, 2008; Mizrahi, V. Treinamento em Linguagem C, 2a Edição, Prentice Hall, 2008; Schildt, H. C Completo e Total, 3a Edição, Makron Books, 1997.
Departamento de Biociências (DB) – CCA – CAMPUS II
Área: Ciências Biológicas: Microbiologia, Biologia geral, Morfologia, Bioquímica e Zoologia
CONTEÚDO: 01. Origem, evolução e diversidade celular; 02. Morfologia e reprodução de microrganismos (bactérias e fungos); 03. Genética de microrganismos (vírus, bactérias e fungos); 04. Classificação e filogenia de Ascomycota e Basidiomycota; 05. Biologia viral, replicação de vírus e aplicações; 06. Ciclo celular e divisão celular; 07. Membrana plasmática: estrutura, composição química, especializações e transporte de substâncias; 08. Sistemática filogenética; 09. A importância da Paleontologia para o estudo da evolução dos seres vivos; 10. Filogenia de Metazoa.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Ciências Veterinárias (DCV) – CCA – CAMPUS II
Área: Clínica Médica de Caninos e Felinos e Semiologia Veterinária
CONTEÚDO: 01. Principais afecções em Dermatologia de cães e gatos; 02. Principais afecções em Endocrinologia de cães e gatos; 03. Principais afecções clínicas do aparelho urinário de cães e gatos; 04. Principais afecções clínicas do aparelho respiratório de cães e gatos; 05. Principais afecções clínicas do aparelho cardiovascular de cães e gatos; 06. Principais afecções clínicas do aparelho digestório de cães e gatos; 07. Semiologia: exame clínico de cães e gatos.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Agricultura (DA) – CCHSA – CAMPUS III
Área: Fisiologia Vegetal
Conteúdo: 01. Relações hídricas (água no sistema solo-planta-atmosfera); 02. Absorção e transporte de íons; 03. Fotossíntese: fase fotoquímica, bioquímica e aspectos ecofisiológicos; 04. Metabolismo de nitrogênio; 05. Transporte de assimilados no floema: mecanismos e controle; partição/alocação de solutos orgânicos; 06. Fotoperiodismo e controle do florescimento; 07. Germinação e dormência; 08. Metabolismo de produtos secundários e defesa vegetal; 09. Fisiologia do estresse biótico e abiótico e a produção vegetal; 10. Mecanismos de tolerância à seca; 11. Plasticidade fenotípica em plantas; 12. Ecofisiologia comparada de plantas c3, c4 e cam; 13. Hormônios vegetais; 14. Fisiologia pós-colheita.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Educação (DE) – CCHSA – CAMPUS III
Área: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Conteúdo: 01. Fonética e Fonologia da Libras; 02. Morfologia aplicada à Libras; 03. Sintaxe aplicada às Línguas de Sinais; 04. Semântica e Pragmática aplicada à Libras; 05. História do povo Surdo; 06. Cultura Surda; 07. Literatura surda; 08. Filosofias Educacionais para surdos.

REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Ciências Exatas (DCX) – CCAE – CAMPUS IV
Área: Estatística
CONTEÚDO: 01. Probabilidade e Probabilidade Condicional: axiomas e propriedades; 02. Distribuições discretas; 03. Estimação Intervalar; 04. Teste de Hipóteses; 05. Regressão e correlação; 06. Distribuição contínuas; 07. Testes não-paramétricos; 08. Análise de variância; 09. Estatística descritiva; 10. Amostragem.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) – CCAE – CAMPUS IV
Área: Ciências Contábeis
CONTEÚDO: 01. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; 02. Ativo e Passivo: Mensuração, reconhecimento e divulgação; 03. Balanço Patrimonial – Estrutura e Classificação das Contas; informando e analisando o patrimônio; 04. Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Valor Adicionado; 05. Demonstração do Fluxo de Caixa: Estrutura e Informações disponibilizadas; 06. Patrimônio Líquido e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; 07. Processo de abertura de empresas; Escrituração Contábil Digital – ECD, SPED e Escrituração Contábil Fiscal – ECF; 08. Folha de pagamento de pessoal e o sistema do E-social; 09. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público; 10. Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Orçamentários.
REFERÊNCIAS: Não há indicações
Departamento de Letras (DL) – CCAE – CAMPUS IV
Área: Literaturas de Língua Portuguesa
CONTEÚDO: 01. Letramento literário: perspectivas teóricas e metodológicas; 02. A lírica trovadoresca e sua repercussão nas literaturas de língua portuguesa; 03. Literatura indígena brasileira contemporânea; 04. Literaturas negro-brasileiras; 05. Literaturas de língua portuguesa e identidade cultural; 06. Literaturas africanas de língua portuguesa: questões estéticas e ideológicas; 07. Correntes críticas literárias; 08. Literatura brasileira e historiografia literária.
REFERÊNCIAS: Não há indicações

ANEXO V
REQUERIMENTO PADRÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ao [Nome do departamento responsável/nome do Centro pelo certame ou Progep/UFPB, observando-se o disposto no item 10.5 do edital]

[Nome da PARTE REQUERENTE], [estado civil], inscrito no CPF sob o nº: XXX.XXX.XXX-XX, [informar endereço completo com nome da rua, bairro, cidade], telefone/Whatsapp (XX) 9XXXX-XXXX, e-mail ____, vem, pelo presente requerimento, IMPUGNAR O EDITAL Nº XX, publicado no Diário Oficial da União nº XX, em XX/XX/202X, seção 3, págs. XX-XX, pelos motivos a seguir aduzidos, com base item 10.5, pelos motivos a seguir aduzidos]

FUNDAMENTAÇÃO

[Neste campo, deve ser indicado o item do edital a ser impugnado (ou área objeto do certame e o respectivo departamento responsável) e as razões que sustentam o requerimento, apontando seus fundamentos sob pena de indeferimento. Serão admitidas provas documentais na forma de anexo em formato PDF-A ou indicação do endereço eletrônico em que se encontram disponíveis (site do planalto para o caso de leis e outros dispositivos normativos) indicando-se explicitamente o dispositivo que fundamenta o pedido (por exemplo, no caso de impugnação baseada em lei, o interessado deve indicar artigo e lei, não apenas fazer mera menção a legislação, sob pena de indeferimento por falta de fundamentação). Não serão admitidos

documentos indexados em sites de armazenamento ou nuvem. Não há rigor na linguagem utilizada, contudo a fundamentação deve ser clara e objetiva].

PEDIDO

[Deve ser descrita, de maneira clara e objetiva, a ação requerida: retificação, inclusão de área de formação, exclusão de item, modificação de redação... Por exemplo, caso o interessado deseje a alteração de requisito da área que pretende concorrer com a inclusão da área de formação que entenda ser compatível com a aquela objeto do certame, deve informar a área de inclusão. Exemplo: Requer-se a retificação do presente edital para que seja incluída a Graduação em Ciências Sociais como pré-requisito para concorrer ao processo seletivo da área de Sociologia Jurídica, do Departamento de Direito Público, do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ]

LOCAL, DATA e ASSINATURA DIGITAL* [pelo gov.br ou outro validador digital]

*Assinatura digital em observância ao disposto do **Decreto nº 10.543/2020 c/c Lei nº 14.063/2020**. Não serão aceitos requerimentos com print de assinatura ou assinaturas eletrônicas que não possuam código de autenticidade/verificabilidade. Sendo assim, serão considerados documentos apócrifos e, portanto, indeferidos.

OBS: O requerimento deverá ser assinado após conversão para o formato PDF. Do contrário, a assinatura será invalidada.

PCI Concursos